

PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI
GABINETE DO PREFEITO

LEI No 974, DE 16 DE JULHO DE 1992.

"Cria o Conselho Municipal de Contribuintes e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GURUPI,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Contribuintes junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Contribuinte é o órgão de deliberação coletiva destinado a julgar em 2ª instância administrativa os procedimentos fiscais de natureza tributária e não tributária.

& 1º - O conselho terá 01 (uma) Câmara composta de 05 (cinco) conselheiros, sendo 02 (dois) representantes dos contribuintes, 02 (dois) da Prefeitura e 01 (um) da Câmara Municipal, com igual número de suplentes todos nomeados pelo Prefeito, para mandato de 02 (dois) anos, que poderá ser renovado, observados os critérios estabelecidos nesta Medida Provisória.

& 2º - Os suplentes sempre que convocados substituirão os conselheiros efetivos em suas faltas ou impedimentos.

& 3º - Os representantes dos contribuintes e da Câmara Municipal serão escolhidos em lista triplice, encaminhada ao Prefeito por representantes de atividades econômicas e profissionais, e pelo Presidente da Câmara Municipal, dentre os seus servidores.

& 4º - Os representantes da Prefeitura serão escolhidos pelo Prefeito dentre os servidores municipais versados em assuntos tributário e em outras áreas fiscais.

& 5º - O Conselho em reunião plenário global com maioria absoluta de seus membros elegerá, bianualmente, seu Presidente e Vice-Presidente, dentre os membros efetivos



representantes da Prefeitura, sendo permitida a reeleição.

& 6o - Os representantes dos contribuintes serão indicados preferencialmente dentre as seguintes atividades;

I - advocacia;

II - Contabilidade;

III - Comércio;

IV - Indústria;

V - Engenharia

VI - Medicina e

VII - Agronomia.

& 7o - Os representantes da indústria, comércio, Câmara Municipal e Prefeitura, terão que ter no mínimo 2o grau completo e o da área de contabilidade estar no exercício da profissão.

Art. 3o - A Secretaria Geral do Conselho será exercida por um funcionário designado pelo Prefeito, cujas atribuições serão definidas em seu Regimento Interno.

Art. 4o - Ao Presidente do Conselho compete a sua representação.

Art. 5o - O Conselho será assistido por Procurador Jurídico indicado pelo Prefeito representando a Fazenda Pública, sem direito de voto, designado juntamente com os conselheiros.

Art. 6o - Será relevante a função de Conselheiro do Conselho Municipal de Contribuinte.

Art. 7o - Perde o Mandato o Conselheiro que deixar de comparecer a 03 (três) sessões ordinárias consecutivas sem motivo justificado.

Art. 8o - Os membros do Conselho, farão jus a uma gratificação, pelo comparecimento em cada sessão, fixada em Unidade Fiscal de gurupi, por ato do Prefeito.

Art. 9o - O Conselho reunir-se-a ordinariamente, sempre que houver pauta e extraordinariamente sempre que o Presidente convocar, conforme definido em Regimento.

Art. 10 - Ao Conselho Municipal de Contribuinte compete;

I - Julgar em última instância Administrativa, os feitos fiscais ou não, entre a Fazenda Pública Municipal, os contribuintes e os munícipes;



II - Interpretar as leis fiscais e sugerir ao Prefeito as medidas de ordem administrativa julgadas convenientes, bem como as que visem o estabelecimento da Justiça Fiscal;

III - Conhecer originariamente do pedido de equidade e propor sua aplicação;

IV - Elaborar, por em execução e modificar seu Regimento Interno, de acordo com o estabelecido nesta Medida Provisória.

Art. 11 - São órgão do Conselho Municipal de Contribuinte;

I - Colégio Pleno;

II - Câmara;

III - Presidência;

IV - Procuradoria da Fazenda Municipal e

V - Secretaria Geral.

& 1o - Entende-se por Colégio Pleno, a reunião dos conselheiros efetivos e suplentes, em sessão plenária global.

& 2o - Entende-se por Câmara, a reunião dos conselheiros efetivos em sessão plenária.

Art. 12 - Compete ao Colégio Pleno:

I - Elaborar, reformar, adptar, consolidar, emendar, interpretar e aprovar o Regimento Interno do Conselho.

II - Aprovar em forma de resolução a jurisprudência administrativa emanadas das decisões do Conselho.

III - Eleger o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho dentre os conselheiros efetivos.

IV - Pedido de reconsideração.

Art. 13 - Far-se-á de quatro em quatro anos, o revezamento dos conselheiros, que importará na renovação dos seus membros efetivos, observados os mesmos critérios de indicação para a função.

Parágrafo Único - a conveniência do funcionamento do Conselho e o interesse público constituirão motivo para a recondução de 1/3 (um terço) de qualquer de seus conselheiros, observados os critérios de nomeação.

Art. 14 - Os conselheiros ao emitirem os seus votos ou pareceres, terão absoluta liberdade de opinião e pensamento.



Art. 15 - O Conselho só se instalará para o exercício de suas funções com maioria simples de seus membros.

Parágrafo Único - A ausência do Procurador Jurídico ou seu representante não impede a instalação e deliberação dos trabalhos do Conselho.

Art. 16 - Esta Lei Provisória entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GURUPI, aos
16 dias do mês de julho de 1.992.



JOÃO LISBOA DA CRUZ
Prefeito Municipal